

MINISTÉRIO DA SAÚDE
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA EM SAÚDE – ESCOLA GHC
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

**SURDEZ E MUNDO DO TRABALHO: A PERCEPÇÃO DO
ESTUDANTE SURDO DIANTE DA OPORTUNIDADE DE
ESTÁGIO**

SABRINA DE FRAGA GAUSS

ORIENTADOR: RODRIGO DE OLIVEIRA AZEVEDO

Porto Alegre, 2011

DEDICATÓRIA

Aos meus amigos Surdos, a quem devo a descoberta de um mundo silencioso e emocionante; aos meus pais e avós, agradeço por todo carinho dedicado a mim; ao Daniel, pelo apoio; à Escola Grupo Hospitalar Conceição por incentivar a Pesquisa em Saúde; à equipe de Coordenação da Gestão do Trabalho, Educação e Desenvolvimento por apoiar minha iniciativa em participar deste curso; com muito carinho, agradeço ao meu orientador pela atenção e paciência durante a construção deste projeto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
Enunciado do problema	06
Objetivo geral	06
Objetivos específicos	06
1 REFERENCIAL TEÓRICO	07
2 METODOLOGIA	12
2.1 Tipo de pesquisa	12
2.2 Local	12
2.3 Amostragem	12
2.4 Instrumento de Pesquisa	12
2.5 Aplicação da Pesquisa	13
2.6 Cronograma de atividades	14
2.7 Processamento e análise dos dados	14
2.8 Aspectos éticos	14
2.9 Utilização e divulgação dos resultados	15
2.10 Orçamento	15
REFERÊNCIAS	17
APENDICE I – Ficha de identificação	20
APENDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	21
APENDICE III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	23

INTRODUÇÃO

Justificativa

O presente projeto de pesquisa se constitui em pré-requisito para a obtenção de título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde. O tema escolhido para o escrito é motivado por constantes indagações sobre os espaços de estágio oferecidos para adolescentes surdos, estudantes de nível médio.

O *Decreto 3.298/99* (BRASIL, 1999), em seu artigo 36, estabelece que as empresas com mais de mil funcionários, como o *Grupo Hospitalar Conceição* (GHC), estão obrigadas a preencher cinco por cento dos seus cargos com pessoas com deficiência ou com beneficiários da Previdência Social reabilitados. Quando se trata de estágio, a legislação assegura 10% das vagas oferecidas para pessoas com deficiência.

A minha experiência no Setor de Recrutamento e Seleção do GHC, entretanto, permite discorrer sobre as dificuldades vivenciadas cotidianamente para atender a essas demandas legais. No momento da elaboração desse projeto, a Instituição conta 300 estagiários. Desses, nenhum possui algum tipo de deficiência. Por outro lado, a quantidade de trabalhadores com deficiência não chega a 100. Todavia, deveriam ser aproximadamente 400.

O tema das pessoas com deficiência é ainda mais importante se o considerarmos não somente do ponto de vista da exigência legal, mas, também, dos direitos humanos, da inclusão social e da qualidade de vida. Para ilustrar com um exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS) preconiza que, dentre outros aspectos, os níveis de saúde da população dependem do acesso ao trabalho e à renda. Segundo o Censo 2000, realizado pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), no Brasil, aproximadamente, 14,5% da população apresenta algum tipo de deficiência. Entretanto, como já apresentado, esse mesmo quantitativo não se apresenta nas nossas empresas.

Como, portanto, conseguir empregados qualificados para o exercício de diferentes funções sem que as pessoas tenham as suas primeiras experiências de estágios? Como garantir

acesso ao trabalho, à renda e a autonomia das pessoas sem que as empresas estejam adequadamente preparadas para receberem empregados com deficiência?

Por meio desta pesquisa, por conseguinte, pretendo tensionar a situação vigente de que, sistematicamente, as pessoas com deficiência ocupam os cargos menos remunerados na hierarquia das empresas ou menos reconhecidos socialmente. Da mesma forma, apesar de considerar necessárias algumas iniciativas adotadas pelo GHC, entendo que a inclusão social das pessoas com deficiência não deve ter como foco prioritário a atenção aos usuários surdos ou com outros tipos de deficiência. Entendo que se não desenvolvermos uma cultura de respeito e valorização dos trabalhadores surdos dificilmente atenderemos com qualidade os usuários nas mesmas condições.

Assim, por essas e por outras razões, considero justificada a relevância do presente trabalho. Penso que ao identificarmos e sistematizarmos as percepções de adolescentes surdos sobre as condições de que necessitam para realizarem estágios, além de dialogarmos com os propósitos do curso, poderemos melhor refletir sobre as oportunidades que estamos oferecendo – ou não – para eles aqui no GHC.

Enunciado do problema

Que aspectos adolescentes surdos, estudantes de ensino médio de Porto Alegre, acreditam que devem ser considerados para realizar estágio extracurricular (remunerado) em um hospital público da região metropolitana?

Objetivo geral

Identificar e sistematizar as condições que adolescentes surdos de Porto Alegre percebem que devem ser observadas para realizar estágio extracurricular em um hospital terciário.

Objetivos específicos

- Identificar e sistematizar as percepções dos jovens surdos em relação às condições das estruturas arquitetônicas.
- Identificar e sistematizar as percepções dos jovens surdos em relação aos equipamentos, aos materiais e demais aspectos que envolvam a organização dos ambientes de trabalho e estágio.
- Identificar e sistematizar as percepções dos jovens surdos nas questões que envolvem a comunicação e as relações entre pessoas.

1 - REFERENCIAL TEÓRICO

O *Sistema Único de Saúde* (SUS) está fundamentado em diretrizes que promovem a atenção à saúde das pessoas de forma integral, universal, com igualdade de assistência entre outros aspectos (BRASIL, 1990). O SUS está estruturado para a prestação de serviços objetivando a (re)formulação de políticas de saúde, econômicas e sociais, visando a prevenção, a promoção, a proteção e a recuperação das pessoas acometidas por agravo.

Quando lemos as diretrizes dos SUS, bem como seus objetivos percebemos que para pensar a saúde da população é preciso analisar, ou melhor, estudar o conceito ampliado de saúde. Segundo Ferreira (2011), por saúde compreendem-se também as informações relativas à alimentação, ao saneamento, à moradia, às condições de trabalho e à vida. No entanto, as instituições de saúde trabalham na lógica e com registros de informação sobre ausência ou presença de doença (FERREIRA, 2011).

Como decorrência dessas enunciações, percebe-se que o entendimento de saúde é mais abrangente do que doença e cura. O conceito de saúde alcança o bem estar geral de uma pessoa e compreende uma série de fatores que conduzem para a boa qualidade de vida. O trabalho, como já mencionado, é um fator que promove a saúde, pois, além da ocupação, promove a saúde mental, gera renda e, conseqüentemente, a alimentação, a auto-estima e a autonomia. Portanto, como o objetivo deste projeto é discutir a percepção das pessoas surdas em relação aos espaços oferecidos no mundo do trabalho, penso que: se o trabalho assume um papel importante para produção de saúde, é pertinente pensar onde está o estudante surdo no mundo do trabalho?

Para encontrar ou nos aproximar desta resposta irei continuar esta discussão abordando o conceito de deficiência e a concepção de *trabalho*. Sendo assim, Amiralian (2000) expõe que deficiência, segundo a *Internacional Classification of impairments, disabilities, and handicaps* – ICIDH, é

perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma

anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (p. 98)

Segundo Borges (1999), a concepção de trabalho designa uma reflexão sobre a representatividade para o “indivíduo sobre a posição que o trabalho deve ocupar em sua vida, o modelo ideal de trabalho definido por meio dos valores humanos e sua hierarquização, e uma leitura das características do trabalho concreto” (p. 82). Assim, para dar seguimento, irei apresentar as concepções de trabalho que Borges (1999) considera mais representativas no Brasil.

A concepção clássica é baseada na forma de trabalho escravista. A capitalista tradicional “descreve o trabalho como mercadoria, elegendo como principal valor do trabalho sua instrumentalidade para o sucesso econômico”. Na concepção marxista, o

“trabalho representa uma antítese da concepção do capitalismo tradicional, no que diz respeito à definição do que seja o trabalho ideal (valores do trabalho) e compartilha com esta última concepção a glorificação ao trabalho, fundamentada na crença de que a produção em massa implica avanço qualitativo para a sociedade”. (p. 83)

Diante das concepções discutidas pela autora, ela conclui que

(...) as três primeiras concepções – a clássica, a capitalista tradicional e a marxista – estão presentes na realidade brasileira, em grupos minoritários, casos isolados ou na forma de resquícios, embora seja mais provável encontrar evidências da presença da concepção clássica. (p. 88)

Contudo, as concepções apresentadas, conforme afirmado estão presentes nos grupos minoritários. A caracterização das concepções traz elementos que contribuem para concluirmos que pessoas com deficiência, minorias sociais compreendem o trabalho segundo as concepções expostas por Borges (1999), principalmente pela concepção clássica. O trabalho definido como “degradante, inferior, desgastante e duro” (Borges, 1999, p. 83).

No Brasil, os movimentos reivindicatórios por garantia de acesso ao trabalho estão representados através das conquistas como a Lei de Reserva de Mercado (BRASIL, 1999). Além

disso, a *Constituição Federal* (BRASIL, 1988), define o direito de participação, de integração deste sujeito na sociedade conforme exposto no art. 227, inciso I: a “... integração social do adolescente portador de deficiência, mediante treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos”.

Entendo, todavia, que para as pessoas surdas, ou com outra deficiência, está garantido pelos meios legais os direitos que preservam adequadamente seguranças para uma vida *normal* comparando com as pessoas *normais*¹. Porém, as garantias legais são suficientes para assegurar a qualidade de vida do profissional?

Em nossos dias, a visão de reabilitação para inserção no mundo do trabalho aparece como vestígios do discurso clínico que permeia a educação de surdos. Portanto, é comum encontrarmos diversos programas de preparação para o mundo do trabalho inseridos nas escolas de surdos. As escolas preocupam-se em habilitar seus alunos para a vida profissional. Planejam cursos de preparação profissional para áreas como marcenaria, corte e costura, cabeleireiro e cerâmica, bem como, com menos frequência, em áreas como técnico em prótese dentária, técnico em eletrônica, serigrafia entre outros (KLEIN, 2010).

No entanto, a percepção de trabalho em áreas de formação como a saúde também tende a normalizar seus atores para a produção. As instituições de saúde trazem consigo uma cultura desenhada pela clínica médica, estagnada e construída pela óptica do tratamento terapêutico, visando a normalidade. A normalização dos sujeitos torna-se imprescindível para o sucesso não só daquele que desenvolve atividade laboral, mas como também para aquele que usa o serviço de saúde. Refiro-me às instituições de saúde e aos hospitais que historicamente estão marcados pela normalização nos fazeres em saúde.

O *treinamento para o trabalho e a convivência* representa o que Klein (2010) chama de “disciplinamento dos corpos” ou de “treinamento comportamental”. Wrigley, citado por Klein (2010), menciona sobre a “educação de surdos centrada a fim de produzir surdos aceitáveis à sociedade dos ouvintes”. Ou seja, fala sobre a educação de surdos que reafirma a ideia de

¹ Não pretendo definir o que é ser *normal*, mas, entenda como normal a grande maioria da população que não apresenta déficits.

modelar o sujeito para adaptar à realidade. Na verdade vem ao encontro das leis anteriormente citadas. Os discursos que circundam este tema partem de uma concepção do sujeito a partir da deficiência.

Mas, considerando os objetivos deste trabalho, não basta afirmar que a realidade que observamos é a de um mundo do trabalho legalmente reservado e de sujeitos treinados para nele serem inseridos. As informações e os registros nos *Sistemas de Informação em Saúde* são fundamentais para que possamos pensar na inserção das pessoas surdas como trabalhadores da saúde.

Na verdade, penso que o uso das novas ferramentas tecnológicas trouxe para ciência possibilidades de qualificação para as pesquisas científicas de forma expansiva capaz de produzir fontes que alimentam o trabalho e a educação em saúde. Nos últimos anos, as bases de dados ou bancos de dados tornaram-se fontes de consulta e parâmetros para contribuir em tratamentos médicos terapêuticos, estudos clínicos, processamento de dados administrativos, levantamento de informações, estoque de medicamentos, custos, informações de planejamento de equipes de trabalho, dados de recursos humanos, entre outros.

O uso do “recurso informação” é instrumento político decisivo para atender determinados interesses institucionais (FERREIRA, 2011). Ou seja, o levantamento de dados serve, muitas vezes, para comprovar a necessidade de financiamentos, de novos investimentos, como também para demonstrar a urgência de políticas de intervenção. Como exemplo disso, trago as políticas afirmativas do Grupo Hospitalar Conceição na inclusão de pessoas com deficiência, que tem ações de informatizar dados dos trabalhadores com deficiência para possibilitar melhor gerenciamento e garantias de direitos.

Os dados acima citados são armazenados pelo setor de recursos humanos e são tão relevantes e estão inseridos no contexto das informações em saúde de modo a representar a operacionalização dos serviços. Assim, destaco a importância dos registros de informação sobre as experiências de trabalho para minorias sociais, refiro-me sobre as pessoas com deficiência. Pois a possibilidade de trabalho direciona para a garantia da saúde da população, sendo esta uma prioridade do SUS.

Isso posto, a iniciativa de inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho solicita modificações nas organizações. Modificações que poderão redirecionar conceitos e ações de modo a possibilitar a inserção desse novo modelo ou paradigma de trabalhador da saúde. Entendo que tais modificações também permitirão novos espaços no mundo do trabalho para as pessoas surdas e, como consequência, melhorias nas suas condições de saúde.

2 - METODOLOGIA

2.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa configura-se como uma análise de caráter essencialmente qualitativo. A pesquisa será desenvolvida através de uma técnica denominada *grupo focal*. Segundo Iervolino (2001), esta técnica “consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos” (p. 116).

Gilbert, citado por Iervolino (2001), afirma que “para modificar comportamentos é necessário primeiro que se entenda o contexto no qual ocorrem os significados e a importância a ele atribuído pelos seus agentes” (p. 115). Assim, a proposta é instigar a concepção, a compreensão das experiências do grupo participante diante das informações expostas.

2.2 Local

A pesquisa será realizada nos diferentes setores do Grupo Hospitalar Conceição, preferivelmente em ambientes que tenham estagiários.

2.3 Amostragem

O grupo de participantes da pesquisa será composto por estudantes surdos do ensino médio, de escolas de educação especial do município de Porto Alegre. Serão convidados cerca de trinta estudantes e organizados em três grupos de dez pessoas. Os alunos convidados e seus responsáveis serão informados da pesquisa através do pesquisador, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Assentimento (Apêndices II e III). Os participantes preencherão o Questionário de informações básicas (Apêndice I).

2.4 Instrumento de pesquisa

Segundo Irvolino (2001), a análise dados acontece a partir de

“um conjunto de procedimentos que visam organizar os dados de modo que eles revelem, com máxima objetividade e isenção possível, como os grupos em questão percebem e se relacionam com o foco do estudo em pauta”(p. 118)

Em relação à condução do grupo, Irvolino (2001) explica que acontece “a partir de um roteiro de tópicos, relacionados primeiramente com as questões de investigação que o projeto em pauta visa responder” (p. 118)

Assim, a proposta será abordar com os grupos de participantes os seguintes temas:

- Condições das estruturas arquitetônicas.
- Equipamentos, materiais e demais aspectos que envolvam a organização dos ambientes do hospital.
- Questões que envolvem comunicação e as relações entre pessoas.

No primeiro momento serão apresentados os temas para os grupos. Logo, no segundo momento, os alunos serão convidados a realizar uma visita guiada para observação focada nos objetivos da pesquisa. Os estudantes serão orientados a não emitir opinião guardando-as para o momento da discussão em grupo. As visitas serão agendadas em três horários, com duração média de uma hora e meia, sendo dois grupos pela manhã e um à tarde. Serão convidados professores voluntários para auxiliar na condução da visita.

2.5 Aplicação da pesquisa

A abordagem dos temas será realizada com os mesmos grupos para que as pessoas possam emitir suas opiniões e, ao mesmo tempo, possam reformular as suas próprias. Irvolino (2001, p. 116), explica que “as pessoas, em geral, precisam ouvir as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias, e constantemente mudam de posição (ou fundamentam melhor sua posição inicial) quando expostas à discussão em grupo”.

O pesquisador conduzirá a conversa com os grupos através do roteiro de tópicos expostos anteriormente, contando ainda, com o auxílio de mais duas pessoas. Uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais, incumbida de traduzir as opiniões dos participantes e uma terceira pessoa responsável por filmar as conversas a fim de registrar as opiniões para posterior análise.

O questionário de informações básicas (Anexo I) será distribuído para os participantes com objetivo de qualificar e enriquecer a pesquisa, pois através dele serão registrados dados como idade, escola, sexo e endereço.

2.6 Cronograma de atividades

Atividades	Periodo	Dez 2011	Mar 2012	Abr 2012	Mai 2012	Jun 2012	Jul 2012
Apresentação para a banca de qualificação do projeto		X					
Visitas orientadas e realização dos grupos			X				
Análise de registros dos grupos			X	X			
Elaboração do relatório final				X	X	X	
Socialização dos resultados							X

2.7 Processamento e análise dos dados

Os dados serão registrados através de filmagem e transcrição simultânea em papel.

As respostas de todos dos grupos serão analisadas de um modo essencialmente qualitativo procurando extrair dos registros, as informações para análise de dados e para o relatório final.

2.8 Aspectos éticos

A participação na pesquisa não gerará quaisquer tipos de benefícios ou prejuízos aos estudantes. A identificação nominal das pessoas não tem nenhum impacto sobre os resultados finais da pesquisa sendo, portanto, indiferente. Os registros da pesquisa serão armazenados durante cinco anos e depois eliminados. Os termos de assentimento e o de consentimento serão aplicados individualmente, sendo que no caso do assentimento teremos as testemunhas e o responsável pelo menor juntos no momento da apresentação da pesquisa. E, por fim, quando da divulgação dos resultados esses serão tratados de um modo genérico, jamais possibilitando qualquer situação que permita a identificação das pessoas. A pesquisa respeitará criteriosamente a Resolução 196/96.

2.9 Utilização e divulgação dos resultados

O resultado da pesquisa será utilizado para fins de planejamento interno do GHC e entregue ao Centro de Documentação - CEDOC/GHC.

Na medida do possível, tentar-se-á a divulgação dos resultados da pesquisa na revista e no site do GHC, para e em outros espaços relevantes.

2.10 Orçamento

A realização da pesquisa pressupõe a utilização de alguns materiais disponibilizados pela própria instituição. Serão utilizados recursos como computadores, impressoras, folhas e canetas com os seguintes custos:

Produto / QTD	Custo em R\$
Computador / 1	1.200,00
Impressora / 1	500,00
Folha / 1.000	20,00

Cartucho / 1	70,00
Energia elétrica	50,00
Caneta / 20	25,00
Interprete/Tradutor de LIBRAS / 1	50,00 p/ hora
Máquina fotográfica / 1	600,00

Contudo, também terá o custo referente à disponibilidade de tempo da trabalhadora / pesquisadora responsável pelo estudo durante os momentos de visita de observação, discussão com os grupos, análise dos resultados, elaboração do relatório final e socialização dos resultados.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria L. T; et al. **Conceituando deficiência.** p. 97-103. Rev. Saúde Pública, v. 34, n.1, 2000 Disponível em: < http://200.152.208.135/rsp_esp/> Acesso em: 15 out. 2011.

ACURCIO, F. A. Evolução histórica das Políticas de Saúde no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Projeto MultiplicaSUS: Curso Básico Sobre o SUS, (Re)descobrimo o SUS que temos para construir o SUS que queremos.** Brasília, Ministério da Saúde, 2005. p. 23-40.

BORGES, Livia de Oliveira. **As concepções de trabalho:** um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. p. 81–107. RAC, v.3, n.3, Set/Dez 1999

BRASIL. **Constituição (1988).** 12.ed. atual. E ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Decreto 3.298 de 20 dezembro de 1999.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 dezembro de 2005.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 15 out. 2011.

BRASIL. **Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em 15 out. 2011.

BRASIL. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em 15 out. 2011.

BRASIL. **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm> Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. **Lei 11.788 de 25 de setembro de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. **Censo de 2000(a)**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>> em 25 set. 2011.

BRASIL. **Censo de 2000(b)** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf> . Acesso em : 25 set. 2011

CECCIM, Ricardo Burg; CARVALHO, Yara Maria de. **Formação em Educação e Saúde: aprendizado com a saúde coletiva**. Disponível em:
<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:jXZ5hyzHBBMJ:https://www.ucs.br/prosaude/servicos/capitacao/oficina-de-integracao-ensino-servico/acervo/textos/CECCIM%2520e%2520CARVALHO.pdf+Forma%C3%A7%C3%A3o+e+Educa%C3%A7%C3%A3o+em+Sa%C3%BAde:+aprendizados+com+a+Sa%C3%BAde+Coletiva&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESiq9aJ6ujs5JeLsAXmX39BF3dyPRv-_KJDoNQpY4bB0X3Q0xf_kN2fAb7EvrOhxmludXd5HNit3rhtO8KwMz2rfaP_31V8wh29pR2m6JmAW_-QzR_mYC4rIWUOhSsw4fH4_eARS&sig=AHIEtbSSBNQN3YIvhXSJLwUy1enfKxblcQ>.
Acesso em: 19 mai. 2011.

CERIGNONI, Francisco Núncio; RODRIGUES, Maria Paula. **Deficiência: uma questão política?** São Paulo:Paulus,2005.

FERREIRA, Janete Maria . **Sistemas de Informação em Saúde (SIS): Aspectos conceituais e históricos**. Disponível em: <http://www2.ghc.com.br/GepNet/cursoicictarquivos.htm> Acesso em: 15 nov. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.100-137.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o Trabalhador Cidadão Produtivo ou o Ser Humano Emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1., 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicação das Normas da ABNT. – 14. ed, - Porto Alegre: s.n., 2006.

IERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde**. Ver Esc Enf USP, v.35, n. 2, p. 115-21, jun, 2001.

LANE, Halan. **A máscara da benevolência:** a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PADILHA, Valquiria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panacéia delirante. **Trabalho, Educação e Saúde.** Fundação Oswaldo Cruz - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: v. 7, n. 3., 2009.

SILVA, Ivani R., KAUCHAKJE, Samira; Gesueli, Zilda Maria, Org. **Cidadania, Surdez e Linguagem:** desafios e realidades. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

KLEIN, Madalena. Os discursos sobre a surdez, trabalho e Educação e a formação do surdo trabalhador. In: SKLIAR, Carlos, Org. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 75-93 .

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p.83-99.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. **A invenção da surdez II:** Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

APÊNDICE I

Questionário de informações básicas

Instituição de Ensino: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Endereço:

Rua: _____ Número: _____

Bairro: _____ . Cidade: _____

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (para maiores de 18 anos)

Pesquisa:

Surdez e Mundo do Trabalho: A percepção do estudante surdo diante da oportunidade de estágio

Almejando contribuir com as políticas públicas que dizem respeito à inserção de estagiários e futuramente de trabalhadores com deficiência, devidamente qualificados para o Sistema Único de Saúde (SUS), o que exige uma análise do que se torna necessário para contribuir para formação de estudantes de nível médio surdos na sua formação profissional, esta pesquisa se propõe a analisar o que é necessário para jovens surdos desenvolva estágio em uma Instituição Pública de Saúde como o GHC.

Para atingir este propósito, será realizada uma visita em setores do GHC com tempo de duração estimado em sessenta minutos. Após a visita será proposto uma discussão em grupo. E para os registros serão utilizados como instrumento da pesquisa registros escritos da tradução da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para o português e filmagens da conversação com os grupos de jovens sobre o assunto da pesquisa.

Além disso, desde já, o pesquisador responsável coloca-se à disposição para responder quaisquer outras perguntas referentes ao estudo que está sendo desenvolvido.

A qualquer tempo, o participante poderá, inclusive optar por abandonar o estudo, solicitando que as suas respostas não sejam consideradas para a elaboração do relatório final.

Todas as informações fornecidas pelo participante terão garantia de privacidade.

A participação no presente estudo não envolve nenhum custo financeiro, a favor ou em prejuízo do participante.

Eu, _____, fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informações e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se

assim eu desejar. A Pesquisadora Sabrina de Fraga Gauss, certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação face a estas informações.

Sobre o projeto de pesquisa e a forma como será como será conduzido e que em caso de dúvidas ou novas perguntas poderei entrar em contato com a pesquisadora: Sabrina de Fraga Gauss, telefone 3357-2585, gsabrina@ghc.com.br e endereço: rua Francisco Trein, 596 Bairro Cristo Redentor – Porto Alegre, Gerência de Recursos Humanos, térreo.

Qualquer dúvida ética poderei entrar em contato com o Daniel Demetrio Faustino da Silva, Coordenador-geral do Comitê de Ética em Pesquisa do GHC pelo telefone 3357-2407, endereço Av. Francisco Trein 596, 3º andar, Bloco H, sala 11.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Assinatura do entrevistado

Assinatura da pesquisadora

Nome:

Sabrina de Fraga Gauss

Este Termo foi lido para o Participante _____ em
_____/_____/_____, data da sua assinatura.

APÊNDICE III

TERMO DE ASSENTIMENTO (para menores de 18 anos)

Pesquisa:

Surdez e Mundo do Trabalho: A percepção do estudante surdo diante da oportunidade de estágio

Você na condição de pai/mãe ou representante legal de (nome do menor de 18 anos) _____ está sendo convidado a participar de uma pesquisa de cunho institucional do Curso de Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Escola Grupo Hospitalar Conceição.

Com o objetivo de contribuir com as políticas públicas que dizem respeito à inserção de estagiários e futuramente de trabalhadores com deficiência, devidamente qualificados para o Sistema Único de Saúde (SUS), o que exige uma avaliação do que se torna necessário para contribuir para formação de estudantes de nível médio surdos na sua formação profissional, esta pesquisa se propõe a analisar o que é necessário para jovens surdos desenvolva estágio em uma Instituição Pública de Saúde como o GHC.

Para atingir este propósito, será realizada uma visita em setores do GHC com tempo de duração estimado em sessenta minutos. Após a visita será proposto uma discussão em grupo. E para os registros serão utilizados como instrumento da pesquisa registros escritos da tradução da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para o português e filmagens da conversação com os grupos de jovens sobre o assunto da pesquisa.

Além disso, desde já, o pesquisador responsável coloca-se à disposição para responder quaisquer outras perguntas referentes ao estudo que está sendo desenvolvido.

A qualquer tempo, o participante poderá, inclusive optar por abandonar o estudo, solicitando que as suas respostas não sejam consideradas para a elaboração do relatório final.

Todas as informações fornecidas pelo participante terão garantia de privacidade.

A participação no presente estudo não envolve nenhum custo financeiro, a favor ou em prejuízo do participante.

Eu, _____(pai/mãe ou representante legal) menor acima descrito, fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informações e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu desejar. A Pesquisadora Sabrina de Fraga Gauss, certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação face a estas informações, bem como o participante da pesquisa de forma alguma será prejudicado.

Sobre o projeto de pesquisa e a forma como será como será conduzido e que em caso de dúvidas ou novas perguntas poderei entrar em contato com a pesquisadora: Sabrina de Fraga Gauss, telefone 3357-2585, gsabrina@ghc.com.br e endereço: rua Francisco Trein, 596 Bairro Cristo Redentor – Porto Alegre, Gerência de Recursos Humanos, térreo.

Qualquer dúvida ética poderei entrar em contato com o Daniel Demetrio Faustino da Silva, Coordenador-geral do Comitê de Ética em Pesquisa do GHC pelo telefone 3357-2407, endereço Av. Francisco Trein 596, 3º andar, Bloco H, sala 11.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Assentimento.

Assinatura do entrevistado

Assinatura da pesquisadora

Nome:

Sabrina de Fraga Gauss

Este Termo foi lido para o Participante _____ em
_____/_____/_____, data da sua assinatura.

Testemunha I

Testemunha II